

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO****QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**Fls.: 1
Proc.: 17528/16

Rubrica

INFORMAÇÃO Nº: 38/2017**PROCESSO Nº: 17.528/2016-e****ÓRGÃO DE ORIGEM:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE**ASSUNTO:** Licitação**VALOR ESTIMADO:** R\$ 40.480.000,00**DATA DE ABERTURA:** Suspensa (por força do Item III da Decisão nº 6.375/2016)

EMENTA: Concorrência nº 01/2016. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação dos serviços de manutenção predial nas instituições de ensino e demais próprios urbanos e rurais da secretaria de estado de educação do Distrito Federal, bem como dos imóveis que estejam sob a sua responsabilidade. Decisão 6.375/2016. Cumprimento parcial da Decisão. Por determinações.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame do Edital de Concorrência nº 01/2016, lançado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE, cujo objeto trata-se de contratação de empresa de engenharia especializada para prestação dos serviços de manutenção predial nas instituições de ensino e demais próprios urbanos e rurais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como dos imóveis que estejam sob a sua responsabilidade, divididos em 11 (onze) lotes, definidos de acordo com as regiões administrativas.

2. Nesta assentada, verificaremos o cumprimento da Decisão nº 6.375/2016, de 15.12.2016, que suspendeu o certame com diligências à SE nos seguintes termos (e-DOC: 7487E9B8-e):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III – com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que mantenha suspensa a Concorrência n.º 01/2016, até ulterior deliberação

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 2
Proc.: 17528/16

Rubrica

desta Corte, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias: a) dar efetivo cumprimento ao disposto nos subitens “II-i” e “II-ix” da Decisão n.º 3.545/2016; b) atender ao disposto no subitem “II-iii” da Decisão n.º 3.545/2016, com ajuste, de modo a comprovar a existência de dotação orçamentária suficiente para assegurar o pagamento das obrigações relativas ao objeto licitado para o exercício de 2017, já desconsiderando as obrigações contratadas pela Pasta e a serem executadas no ano vindouro; c) fazer constar do edital que a ausência da declaração mencionada no item 3.5.3 não ensejará a inabilitação de nenhum licitante; d) cumprir integralmente ao disposto no subitem “II-x” da Decisão n.º 3.545/2016, de modo que: d.1) seja utilizado como referência o histórico dos serviços de manutenção prediais realizados com fulcro no contrato a ser substituído pela Concorrência n.º 1/2016- SE/DF, discriminando, para cada um dos 11 (onze) lotes atualmente previstos, os serviços mais relevantes e com maior representatividade financeira; d.2) a qualificação técnico-operacional dos serviços mais relevantes e de valor relevante seja comprovada, além dos requisitos já constantes do edital, também por meio de quantitativos mínimos, limitados a 50% do total estimado de cada serviço, variável para cada lote; d.3) a licitante possa apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a capacidade técnica-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante; e) excluir o item 3.1.2.1.1 no novo edital, referente à comprovação de “que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública”; f) incluir, no edital, que o tratamento favorecido e diferenciado em favor de microempresas não poderá ser aplicado caso o faturamento a ser auferido com a licitação em comento acarrete seu desenquadramento, em harmonia com o disposto no art. 24 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e no § 2º do art. 2º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014; g) admitir, como documento de habilitação dos licitantes, atestados de capacidade técnica de construção e/ou reforma, nos aspectos compatíveis ou relacionados com a complexidade e peculiaridade do objeto da licitação; (...).

3. Em atendimento à Decisão em tela, a SE apresentou sua manifestação mediante Ofício nº 111/2017 – GAB/SE (e-DOC: D8B2D51E-c), Anexo ao Ofício (e-DOC: 780A65C3-e) e demais documentos juntados aos autos na aba “Associados” do sistema e-TCDF, que se referem ao mencionado Ofício.

4. Assim, nos parágrafos seguintes, procederemos a análise do cumprimento da Decisão nº 6.375/2016, termo a termo, expondo a manifestação do Jurisdicionado, para, em seguida, analisarmos essas manifestações, sob o ponto de vista desta unidade técnica.



III.a) dar efetivo cumprimento ao disposto nos subitens “II-i” e “II-ix” da Decisão n.º 3.545/2016;

Manifestação do Jurisdicionado

5. A fim de facilitar o entendimento da matéria, inicialmente transcrevemos o disposto nos subitens apontados:

II.i) ausência de relação detalhada das edificações contempladas pelos serviços a serem contratados nos 11 (onze) lotes, incluindo informações relativas a: nome do estabelecimento, endereço, área total e área construída, quantidade de alunos e/ou funcionários, além de outras informações que a SE/DF julgar necessárias e suficientes para a adequada identificação do objeto;

II.ix) ausência de explicitação na exigência inserta no item 3.1.1.1 do edital que a capacidade técnico-operacional será comprovada mediante atestados registrados no CREA, acompanhados da respectiva CAT, em nome de qualquer profissional habilitado, desde que conste o nome da pessoa jurídica do licitante;

6. Em relação ao primeiro subitem, o Jurisdicionado informa que em entendimento ao solicitado está “... anexando a Relação dos Prédios “por Lote” que deverá fazer parte do Edital da Concorrência nº 01/2016-SEE-DF.” (e-DOC: 780A65C3-e)

7. Quanto ao segundo subitem, sugere a seguinte redação (e-DOC: 780A65C3-e):

*3.1.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresas privadas, relativa à **qualificação técnico-profissional** que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado ou esteja executando os serviços listados abaixo. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados e deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA). Deverá(ao) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s), os seguintes dados: data de início e término; local de execução; nome do Contratante e Contratada; especificações técnicas dos serviços abaixo:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 4
Proc.: 17528/16

Rubrica

Análise

8. No que se refere a exigência de melhor detalhamento (nome do estabelecimento, endereço, área total e área construída, quantidade de alunos e/ou funcionários) das edificações, observamos que o Jurisdicionado fez constar às folhas 151/177 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e, a relação detalhada por Lote dos estabelecimentos com seu respectivo endereço, área total e construída. Entendemos que essas informações são suficientes para caracterização do objeto para o fim desejado, portanto, consideramos superado o subitem “II.i” da Decisão 3.545/2016.

9. Em relação a nova redação apresentada para o dispositivo que regulamenta as condicionantes de habilitação técnico-profissional (Item 3.1.1.1 do Edital)¹, entendemos como adequada, dessa forma, acreditamos estar atendido o subitem “II.ix” da Decisão nº 3.545/2016.

10. Assim, estando atendidos os subitens “II.i” e “II.ix” da Decisão nº 3.545/2016, torna superado o presente subitem da Decisão em análise.

III.b) atender ao disposto no subitem “II-iii” da Decisão n.º 3.545/2016, com ajuste, de modo a comprovar a existência de dotação orçamentária suficiente para assegurar o pagamento das obrigações relativas ao objeto licitado para o exercício de 2017, já desconsiderando as obrigações contratadas pela Pasta e a serem executadas no ano vindouro;

Manifestação do Jurisdicionado

11. Inicialmente, transcrevemos a indagação do dispositivo citado:

iii) ausência de comprovação de fontes de recursos orçamentários suficientes a assegurar o pagamento das obrigações relativas ao objeto licitado para o exercício de 2016;

¹ Nossa manifestação acerca da adequação dos serviços exigidos nas condicionantes de habilitação técnico-profissional, por serem idênticos aos exigidos nas condicionantes técnico-operacional, será realizada na ocasião da análise do item III.d da Decisão em comento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 5
Proc.: 17528/16

Rubrica

12. Na manifestação da Jurisdicionada sobre esse ponto, destacamos os seguintes pronunciamentos:

13. É apresentada Consulta de Execução Orçamentária de 13.01.2017 (fls. 3/4 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c) acusando dotação autorizada de R\$ 14.586.002,00 e crédito disponível de R\$ 12.902.687,00.

14. Na mesma data, a Diretoria de Execução e Controle Orçamentário e Financeiro da Educação fez os seguintes registros (fl. 6 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c):

3. *Importante registrar que a execução da despesa com os Contratos de Manutenção e Conservação realizada no Exercício de 2015 foi na ordem de R\$23.529.507,01 (vinte e três milhões quinhentos e vinte nove mil quinhentos e sete reais e um centavo), e no Exercício de 2016, a Dotação Orçamentária Autorizada foi na ordem de R\$18.074.133,00 (dezoito milhões setenta e quatro mil cento e trinta e três reais).*

4. *No entanto, esclarecemos que **não dispomos**, nesta data, de créditos orçamentários suficientes para atender a **DESPESA TOTAL** objeto dos autos.*

5. *Ante o exposto, sugerimos adoção das providências que se fizerem necessárias visando à **suplementação orçamentária, no valor de R\$ 25.893.998,00 (vinte e cinco milhões oitocentos e noventa e três mil novecentos e noventa e oito reais)**, nos seguintes Programas de Trabalho: (...)*

15. Por seu expediente, a Coordenação de Infraestrutura, em 17.01.2017, manifesta-se em relação a necessidade do montante total estimado já para o exercício de 2017 (fl. 11 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c):

(...)

5. *Vale ressaltar que, nos últimos anos, os recursos orçamentários destinados à realização de serviços de manutenção nas edificações desta SEDF foram **insuficientes** para atender a demandada das Unidades de Ensino/Coordenações Regionais de Ensino, ficando prejudicado o atendimento aos serviços de manutenção preventiva, sendo realizado, predominantemente, manutenção emergencial ou corretiva, objetivando a não paralisação das atividades pedagógicas;*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 6
Proc.: 17528/16

Rubrica

6. Destacamos que esta Coordenação de Infraestrutura estimou os serviços de manutenção para o Exercício de 2017 em R\$ 41.540.000,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e quarenta mil reais), valor este que deveria ser incluído pela SUPLAV na Proposta Orçamentária do GDF/2017, conforme quadro acostado à fl. 1355.

Apresentamos abaixo justificativa para o valor da pretensa contratação:

(...)

*Diante do exposto, após elaboração e análise da planilha de preços constante às fis. 385/425, em comparação aos dados da contratação anterior, constatamos que, após aplicação dos índices citados, o valor estimado para a pretensa contratação foi atualizado obtendo-se o valor de R\$ 3.680.000,00 (três milhões, seiscentos e oitenta mil reais) por Lote, perfazendo um montante de R\$ 40.480.000,00 (quarenta milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) para os 11 (onze) Lotes, o que significa uma estimativa de dispêndio anual para cada estabelecimento de ensino em média de **R\$ 55.452,06 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e seis centavos)**.*

16. A Subsecretaria de Administração Geral, em 23.01.2017, fez a seguinte ponderação (fl. 16 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c):

(...)

7. Ante ao exposto, sugiro restituir os autos a **Diretoria de Execução e Controle Orçamentário e Financeiro da Educação/COFIC, para autuar** em um processo apartado a solicitação da Suplementação Orçamentária, no montante de **R\$ 25.893.998,00 (vinte e cinco milhões oitocentos e noventa e três mil, novecentos e noventa e oito reais)**, para conduzir à Câmara de **Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal - GOVERNANÇA**, em cumprimento a Instrução Normativa nº 01/2016, para análise deliberação acerca do pleito, com a máxima celeridade.

17. Em sua segunda manifestação, ocorrida em 23.01.2017, a Diretoria de Execução e Controle Orçamentário e Financeiro da Educação, ponderou (fls. 18/19 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c):

(...)

5. Ressaltemos que embora a despesa esteja estimada em **R\$ 40.480.000,00** (quarenta milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) e a Lei Orçamentária de 2017 tenha consignado o valor de **R\$ 14.586.002,00** (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e sei mil e dois reais), assim tendo em vista que a contratação será realizada após procedimento licitatório e que todos os atos administrativos que envolvem contratação desta



*natureza demandam em média 4(quatro) meses, solicitamos a suplementação no valor de **R\$ 9.500.000,00** (nove milhões e quinhentos mil reais), através da Nota de Crédito 2017NA00007, fl. 37.*

(...)

*7. Encaminhamos os autos acompanhados da **2017NA0007**, fl.37, para que após aposição da assinatura do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação no Anexo 1 - Ficha de instrução, fl. 38-verso, sejam encaminhados, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal - GOVERNANÇA, para deliberação, conforme Instrução Normativa nº 01/2016, de 15/04/2016.*

18. Por fim, a Subsecretaria de Administração Geral, em 26.01.2017, informou (fl. 21 do PDF que compõe o e-DOC: D8B2D51E-c):

1. Em resposta ao despacho nº 068874/2016, dessa Unidade, e em especial, em atendimento à Decisão nº 6375/2016, expedida pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, fl. 1272, esta Subsecretaria tem a informar, relativamente quanto ao item III-b, que:

- ✓ *Foram consignados créditos orçamentários na Lei Orçamentária no 5.796, de 30 de dezembro de 2016, LOA 2017, **na Unidade Orçamentária 18.101 - SEEDF**, Fontes **100 e 103**, natureza de Despesa **33.90.39**, para fazer face à despesa em pauta, no valor total de **R\$ 14.586.002,00 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e dois reais)**, conforme despacho da Diretoria de Execução e Controle Orçamentário e Financeiro, fis. 1352 e 1353.*
- ✓ *Tais créditos são insuficientes, razão pela qual foi autuado o processo nº 080.000.508/2017, submetido à Governança-DF, exclusivamente para tratar da suplementação orçamentária que irá viabilizar a abertura de procedimento licitatório, visando à contratação de empresa especializada, conforme especificações constantes do Projeto Básico e Edital de Licitação, e cópia do despacho à fl. 1363.*

Análise

19. Dessa forma, diante das informações apresentadas, entendemos como não demonstrada a comprovação de existência de dotação orçamentária suficiente para assegurar o pagamento das obrigações no exercício de 2017, portanto, consideramos como não atendido esse item da Decisão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTOFls.: 8
Proc.: 17528/16

Rubrica

III. c) fazer constar do edital que a ausência da declaração mencionada no item 3.5.3 não ensejará a inabilitação de nenhum licitante;

Manifestação do Jurisdicionado

20. Consta à fl. 40 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e, a seguinte redação para o item:

3.5.3. Declaração de recebimento de todos os documentos referentes a concorrência 01/2015-SEDF, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, ressaltando que a ausência da mencionada declaração não ensejará a inabilitação de nenhum licitante.

Análise

21. Frente a implementação da adequação proposta, concebemos elidido esse item da Decisão.

III. d) cumprir integralmente ao disposto no subitem “II-x” da Decisão n.º 3.545/2016, de modo que: d.1) seja utilizado como referência o histórico dos serviços de manutenção prediais realizados com fulcro no contrato a ser substituído pela Concorrência n.º 1/2016- SE/DF, discriminando, para cada um dos 11 (onze) lotes atualmente previstos, os serviços mais relevantes e com maior representatividade financeira; d.2) a qualificação técnico-operacional dos serviços mais relevantes e de valor relevante seja comprovada, além dos requisitos já constantes do edital, também por meio de quantitativos mínimos, limitados a 50% do total estimado de cada serviço, variável para cada lote; d.3) a licitante possa apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a capacidade técnica-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante;

Manifestação do Jurisdicionado

22. Da mesma forma que conduzimos a análise dos itens anteriores, de início, destacamos o que remete o subitem “II.x” da Decisão 3.545/2016.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 9
Proc.: 17528/16

Rubrica

II. x) ausência de motivação nos itens 3.1.1.1 e 3.1.2.1 do edital dos critérios de escolha de serviços que irão limitar o universo de concorrentes, tendo em vista que as exigências para comprovação da capacidade técnica devem estar limitadas às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, a teor das disposições do inciso I do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993;

23. A seguir, transcrevemos a nova redação, bem como, a listagem de serviços e respectivos quantitativos² apresentados pelo Jurisdicionado em resposta a esse item da Decisão (fls. 4 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e):

*3.1.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresas privadas, relativa à **qualificação técnico-operacional** que comprove(m) ter a licitante executado ou esteja executando os serviços listados abaixo de acordo com o estipulado para cada Lote. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados e deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA). Deverá(ao) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s), os seguintes dados: data de início e término; local de execução; nome do Contratante e Contratada; especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados na forma requerida abaixo.*

² Tendo em vista a semelhança de todos os lotes, restringimos nossa análise as informações apresentadas para o Lote 01, podendo tais entendimentos serem estendidos aos demais lotes.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL				
LOTE 1				
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DO LOTE: 116.680,96 m² - Nº DE EDIFICAÇÕES DO LOTE: 78				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA A EXECUTAR	QUANTIDADE MÍNIMA A SER EXIGIDA	PERCENTUAL
1	MANUTENÇÃO PREDIAL OU EXECUÇÃO DE OBRAS OU REFORMAS EM EDIFICAÇÃO	116.680,96 m²	29.000,00 m²	24,85%
2	DEMOLIÇÃO Demolição de fundações e elementos estruturais, vedações, coberturas, pisos, revestimento, forros e remoções de instalações hidro-sanitárias, elétricas e	116.680,96 m²	29.000,00 m²	24,85%
3	ALVENARIA Manutenção e/ou execução de alvenarias e divisórias.	1.438,00 m²	431,40 m²	30,00%
4	PORTAS E ESQUADRIAS Recuperação e/ou substituição de portas, esquadrias e ferragens.	512,00 m²	153,6 m²	30,00%
5	VIDROS Retirados e substituição de vidros.	246,00 m²	73,80 m²	30,00%
6	COBERTURA Recuperação e/ou substituição de cumeeiras, telhas e ferragens.	5.600,00 m²	1.680,00 m²	30,00%
7	REVESTIMENTO DE PISOS Recuperação e/ou execução de revestimento de pisos.	4.140,00 m²	1.242,00 m²	30,00%
8	REVESTIMENTO DE PAREDES Recuperação e/ou execução de revestimento de paredes.	5.085,00 m²	1.525,50 m²	30,00%
9	REVESTIMENTO DE FORROS Recuperação e/ou execução de revestimento de forros.	2.290,00 m²	687,00 m²	30,00%
10	PINTURA Recuperação e/ou execução de emassamento e pintura.	49.445,00 m²	14.833,50 m²	30,00%
11	IMPERMEABILIZAÇÃO Recuperação e/ou execução impermeabilização.	3.030,00 m²	909,00 m²	30,00%
12	EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS Recuperação e/ou execução de guarda-corpos, corrimãos, telas mosquiteiras e outros.	260,00 m²	78,00 m²	30,00%
13	COMUNICAÇÃO VISUAL E INTERIORES Recuperação e/ou substituição de quadros de giz, de avisos, brancos, bancadas, armários, balcões e outros equipamentos.	606,00 m²	181,00 m²	30,00%
14	CERCAS E ALAMBRADOS Recuperação e/ou substituição de cercas e alambrados.	655,00 m²	196,00 m²	30,00%
15	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS Recuperação de fundações e estruturas das edificações.	645,00 m²	193,00 m²	30,00%
16	ESTRUTURA PARA COBERTURAS Recuperação e/ou substituição de elementos estruturais de coberturas.	350,00 m²	105,00 m²	30,00%
17	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS E PLUVIAIS Recuperação e/ou substituição de tubulações, conexões, aparelhos, acessórios e equipamentos.	116.680,96 m²	29.000,00 m²	24,85%
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS Recuperação e/ou substituição de instalações elétricas de entrada e medição, de distribuição, iluminação e força, aterramento e proteção contra descargas	116.680,96 m²	29.000,00 m²	24,85%
19	INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E DE TELEFONIA Recuperação e/ou substituição de rede lógica de cabeamento estruturado e de	116.680,96 m²	29.000,00 m²	24,85%
20	INSTALAÇÕES DE GLP Recuperação e/ou substituição de instalações de gás, equipamentos e acessórios.	156,00 m²	15,60 m²	10,00%
21	INSTALAÇÕES MECÂNICAS Recuperação e/ou substituição de bombas d'água, quadro elétrico, tubulações e acessórios.	78 EDIFICAÇÕES	12,00	15,39%

24. No que tange a motivação para escolha desses serviços, informa que teve como referência os “Contratos de Manutenção nºs 46, 49, 50, 53, 54, 52, 58, 59/2010, 17/2011 e 139/2013, cujo objeto é a manutenção corretiva e preventiva das unidades de ensino e demais próprios da SEDF” (fl.16 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e).

25. Ainda em resposta a esse item, apresenta os seguintes



acréscimos que fez aos ditames do instrumento convocatório:

3.1.2.1.1. A licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a qualificação técnico-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante.

3.1.2.1.2. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

3.1.2.1.3. A licitante que apresentar proposta de preços para mais de um Lote deverá, obrigatoriamente, comprovar capacidade técnico-operacional para atender ao somatório dos quantitativos mínimos e serviços exigidos em cada Lote.

Análise

26. Inicialmente, ressaltamos que a análise da manifestação do Jurisdicionado frente a esse item da Decisão será dividida em dois tópicos. O primeiro, relativo a nova redação dada para o item 3.1.2.1 (qualificação técnico-operacional) e o segundo, quando a adequação da escolha dos serviços e respectivos quantitativos como qualificantes técnicos.

27. Em relação ao primeiro ponto, entendemos como indevida exigência de que “O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados e deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA”.

28. Nesse sentido, destacamos a Decisão TCDF nº 4.899/2016:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: II – (...) determinar à (...): c) retire do item “5.7.b” do edital a exigência de os atestados serem “devidamente registrados no CREA”, em face de o Confea ter explicitado não certificar atestado de capacidade técnico-operacional, e a expressão “acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico”, visto que não há CAT para pessoa jurídica;

29. A título de exemplificação, apresentamos a forma como essa exigência foi disposta no Edital da Concorrência CP 018/2016 da Caesb, autuado nos Processo TCDF nº 24.605/2016 e sem nenhuma determinação de diligência feita por essa Corte.



b) Capacitação técnico-operacional e capacitação técnico-profissional

b.1) Da empresa (capacitação técnico-operacional)

A licitante deverá comprovar, por meio da apresentação de atestado(s) técnico(s) emitido(s) pelo contratante, que já executou para órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou ainda, para empresas de direito privado, serviços de (...).

30. Em relação ao segundo ponto (adequação da escolha dos serviços como qualificantes técnicos), inicialmente, transcrevemos as ponderações feitas no Relatório (e-DOC: 50D64B91-e) que conduziu a Decisão:

(...)

Ocorre que a SE/DF não trouxe aos autos qualquer documento capaz de comprovar a relevância e materialidade dos serviços que devem ser objeto dos atestados técnicos.

Em um primeiro momento, o fato de a planilha orçamentária do certame não contemplar quantitativos estimados para cada serviço relacionado (uma vez que todos os quantitativos são unitários) poderia levar a crer não ser possível dar efetivo cumprimento à exigência legal de os serviços selecionados serem aqueles mais relevantes e de valor significativo, conforme sustentam a unidade instrutiva e o Parquet especial.

(...)

Além disso, os serviços a serem comprovados pelos licitantes são genéricos, não havendo qualquer menção a quantitativos mínimos nem a atividades específicas. A título exemplificativo, exige-se dos licitantes a comprovação do serviço de instalação hidráulica, de maneira geral, enquanto que a planilha de custos unitários contempla mais de 280 serviços relacionados apenas a esse tema.

(...)

(...) ensejam que a SE/DF dê efetivo cumprimento ao disposto no item "II-x" da Decisão n.º 3.545/2016, ainda que os serviços exigidos



sejam genéricos e, em grande parte, similares aos demandados por esta Corte de Contas. Para tanto, poderá a Pasta valer-se do histórico dos serviços de manutenção prediais realizados com fulcro no contrato a ser substituído pela Concorrência n.º 1/2016-SE/DF, discriminados para cada um dos 11 (onze) lotes atualmente previstos, a partir do qual serão identificados os serviços mais relevantes e com maior representatividade financeira.

Além disso, tendo em conta tópico que será discutido mais à frente (limitação ou não do número de lotes por empresa vencedora) e considerando o entendimento por mim esposado acerca dessa questão (em harmonia com a unidade instrutiva e o órgão ministerial), entendo que, no caso da Concorrência n.º 1/2016-SE/DF, a qualificação técnico-operacional dos serviços mais relevantes e de valor relevante deverá ser comprovada, além dos requisitos já constantes do edital, também por meio de quantitativos mínimos, limitados a 50% do total estimado de cada serviço, variável para cada lote.

31. Destacamos as seguintes observações/orientações feitas no Relatório apresentado:

- Considerou adequada a planilha de referência sem estimativa de quantitativos para os serviços previstos;
- Constatou que no instrumento convocatório inicial não havia menção a quantitativos mínimos nas condicionantes de habilitação técnico-operacional;
- Orientou a SE acerca da possibilidade de utilizar como referência para identificação dos serviços mais relevantes e com maior representatividade financeira o histórico dos serviços de manutenção prediais realizados anteriormente limitando o quantitativo de serviços a 50% do total estimado.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 14
Proc.: 17528/16_____
Rubrica

32. Tendo em conta essas observações/orientações, quanto a relevância material, ressaltamos não foi apresentado nenhum relatório ou estudo baseado nos contratos utilizados como referência, que sustente a escolha dos serviços adotados como aqueles de maior materialidade financeira.

33. Outrossim, podemos ainda evidenciar que em obras de edificações escolares, de uma maneira geral, alguns daqueles serviços, como por exemplo: vidros e comunicação visual e interiores são normalmente de pequeno vulto.

34. No que se refere a relevância técnica, sob o ponto de vista dessa unidade instrutiva, entendemos que os serviços: demolição, alvenaria, portas e esquadrias, vidros, revestimento de pisos, revestimentos de paredes, revestimentos de forros, pintura, equipamentos e acessórios, comunicação visual e interiores e cercas/alambrados, não possuem complexidade para serem considerados nas condicionantes da habilitação técnica.

35. Em relação a quantidade mínima de serviço agora exigida, a julgar pelo fato de a planilha orçamentária de referência não contemplar nenhuma estimativa de quantidade, por ausência de parâmetros, entendemos como indevida qualquer menção a quantitativos de serviços nas condicionantes de habilitação técnico-operacional.

36. Recorremos mais uma vez ao Relatório (e-DOC: 50D64B91-e) que fundamentou a Decisão nº 6.375/2016 para indicar o exemplo utilizado como referência para a qualificação técnico-operacional.

Ao se fazer novamente um paralelo com a Concorrência n.º 1/2016-TCDF, constata-se que, naquele edital de licitação, exigiu-se das licitantes a apresentação de atestados de capacidade técnica, nestes termos:

*"k) **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou certidão(ões), expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à **qualificação técnico - operacional**, que comprove(m) ter a licitante executado ou esteja executando os serviços listados abaixo (subitens k.1 a k.6). Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) ou certidão(ões), os seguintes dados: data de início e término; local de execução; nome do CONTRATANTE e CONTRATADA; especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 15
Proc.: 17528/16

Rubrica

k.1) operação, manutenção preventiva e corretiva em **sistemas de ar condicionado central** tipo chiller, fan coil e airsplit;
k.2) manutenção ou execução de **instalações hidrossanitárias**, compreendendo água fria e esgotamento à vácuo;
k.3) manutenção ou execução de **instalações elétricas** prediais, rede aterrada e estabilizada;
k.4) manutenção ou instalação de **rede lógica de cabeamento estruturado e de telefonia**;
k.5) manutenção ou execução de **sistema de detecção e combate a incêndio**, compreendendo: sistema de detecção ou alarme e sistema de prevenção e combate a incêndio por hidrantes;
k.6) manutenção predial ou execução de obras ou reformas em edificação com **área construída igual ou superior a 12.332 m²** (doze mil, trezentos e trinta e dois metros quadrados), compreendendo os seguintes serviços: **execução de alvenaria, pintura e assentamento de pisos e revestimentos.**" (grifos nossos)

37. Dessa forma, observa-se que a referência utilizada, apenas faz menção quantitativa a área do objeto de intervenção e não a quantitativos de serviço.

38. Convém ressaltar que, no exemplo apresentado, trata-se de edificação única, diferente da situação enfrentada pela SE, em que o serviço de manutenção será realizado em vários prédios e não necessariamente de maneira simultânea.

39. Portanto, ao quantificar a área de intervenção a ser utilizada nas condicionantes de habilitação técnico-operacional, a SE deverá limitar o percentual de 50% da área a ser executada simultaneamente e não a área total de cada lote.

40. Por último, a título de exemplificação, julgamos como boa prática o disciplinado na Portaria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, (Portaria DNIT nº 108 de 01/02/2008), que regulamentou os critérios de habilitação a serem observados nos editais daquele departamento, nos seguintes termos:

*Art. 1º Determinar que a exigência de Capacitação Técnica se **restringa aos itens de maior relevância técnica e financeira contidos no objeto a ser licitado em número máximo de 8 (oito)** e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 16
Proc.: 17528/16

Rubrica

Art. 2º Os itens de maior relevância são entendidos como aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento).

Art. 3º Revoga-se a [Portaria nº 721, de 9 de maio de 2007](#).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (grifamos)

41. Assim, entendemos parcialmente cumpridos os subitens da Decisão no momento analisados, ao passo que consideramos elidida apenas a diligência determinada para subitem d.3.

42. Complementarmente, iremos sugerir que seja determinado à Secretaria de Estado de Educação que, consoante Decisão TCDF nº 4.899/2016, suprima do item “3.1.2.1” do Edital a expressão “O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados e deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA)”.

III. e) excluir o item 3.1.2.1.1 no novo edital, referente à comprovação de “que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública”;

Manifestação do Jurisdicionado

43. Consta à fl. 37 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e, uma nova redação para o item:

3.1.2.1.1 A licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a qualificação técnico-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante.

Análise

44. Diante da exclusão promovida, podemos considerar como superado esse item.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 17
Proc.: 17528/16

Rubrica

III. f) incluir, no edital, que o tratamento favorecido e diferenciado em favor de microempresas não poderá ser aplicado caso o faturamento a ser auferido com a licitação acarrete seu desenquadramento, em harmonia com o disposto no art. 24 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e no § 2º do art. 2º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014;

Manifestação do Jurisdicionado

45. Acrescentou, como podemos constatar à fl. 22 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e, o seguinte normativo:

2.4.8. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar obrigatoriamente, declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 dezembro de 2006, devendo ser observado o valor da licitação para efeito de enquadramento dos benefícios das LC n.º 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011.

2.4.8.1- O tratamento favorecido e diferenciado em favor de ME/EPP não poderá ser aplicado caso o faturamento a ser auferido com o valor da licitação acarrete seu desenquadramento, conforme disposto no art. 24 da Lei Distrital no 4.611/2011 e no § 20 do art. 20 do Decreto Distrital no 35.592/2014.

Análise

46. Frente a inclusão do dispositivo determinado, entendemos como superado esse ponto da Decisão.

g) admitir, como documento de habilitação dos licitantes, atestados de capacidade técnica de construção e/ou reforma, nos aspectos compatíveis ou relacionados com a complexidade e peculiaridade do objeto da licitação;

Manifestação do Jurisdicionado

47. Como podemos verificar nos quadros que discriminam os serviços objetos de qualificação técnica constantes nos itens 3.1.1.1 e 3.1.2.1 (fl. 24 e 26/36 do PDF que compõe o e-DOC: 780A65C3-e), o Jurisdicionado inclui a possibilidade de esses serviços terem sido realizados em contratos de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 18
Proc.: 17528/16_____
Rubrica

manutenção predial, execução de obra ou reforma de edificações.

Análise

48. Assim, perante a constatação da inclusão do dispositivo determinado, entendemos como também superado esse ponto da Decisão.

49. Noutro giro, é importante ser ressaltado que, tendo em vista a impossibilidade de se delimitar os serviços de maior representatividade financeira, o fato de a planilha de referência contemplar 970 itens e a discussão acerca da necessidade ou não de demonstração de estimativa de quantitativos de serviços, até o momento, a análise de preços não tinha sido objeto de exame por parte dessa unidade instrutiva.

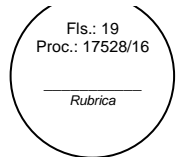
50. Sobre essa questão, considerando a limitação de tempo e a grande quantidade de itens na planilha, nos limitaremos a fazer o registro de que 73,71% dos itens tiveram como referência direta a Planilha SINAPI.

51. É importante também ser ressaltado que as análises aprendidas pelo corpo técnico que apreciam o cumprimento de alterações no edital determinadas pelo Tribunal, não se constitui em atestado definitivo da regularidade do certame. Identificadas irregularidades supervenientes, poderá esta corte de Contas examinar a conformidade da execução contratual e determinar ações corretivas para resguardar o interesse público.

Conclusão e Sugestões

52. Pelo exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento do Ofício nº 111/2017 – GAB/SE (e-DOC: D8B2D51E-c), Anexo ao Ofício nº 111/2017 – GAB/SE (e-DOC: 780A65C3-e), e demais documentos juntados aos autos na aba “Associados” do sistema e-TCDF, que se referem ao mencionado Ofício, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação – SE, em atendimento a Decisão nº



6.375/2016.

II. considere:

- a) cumpridos os subitens “a”, “c”, “e”, “d.3”, “f” e “g” do item III da Decisão nº 6.375/2016;
- b) não cumpridos os subitens “b”, “d”, “d.1” e “d.2” do item III da Decisão nº 6.375/2016;

III. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE que, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 277 do RITCDF, que mantenha suspensa a Concorrência nº 01/2016 até ulterior deliberação desta Corte, para que:

- a) cumpra os subitens “b”, “d”, “d.1” e “d.2” do item III da Decisão nº 6.375/2016;
- b) suprima do item “3.1.2.1” do Edital a expressão “O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados e deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA)”, consoante Decisão TCDF nº 4.899/2016.

IV. autorize:

- a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser adotada e do respectivo Relatório/Voto, bem como da presente instrução à Jurisdicionada, a fim de subsidiar o atendimento ao item III;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 20
Proc.: 17528/16

Rubrica

À consideração superior.

Rafael de Freitas Teixeira
Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.
Em, 17 de fevereiro de 2017.

Antonio Carlos Dantas de Oliveira
Diretor